



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**

**Ata da 70ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do**

**Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM**

**Data: 12 de abril de 2011, às 13h30min.**

**Local: Auditório da AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene**

**Av. Major Alexandre Rodrigues, nº. 416, Ibituruna - Montes Claros – MG.**

1. Aos 12 de abril de 2011, às 13h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
2. Norte de Minas, no Auditório da AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da
3. SUDENE - Av. Major Alexandre Rodrigues, nº. 416, Ibituruna - Montes Claros/MG.
4. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e Suplentes: como Presidente: Dr.
5. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
6. Sustentável e Presidente do COPAM; - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e
7. Abastecimento – SEAPA: 1º Suplente: Wagner Brant Monteiro; - Secretaria Extraordinária
8. para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas –
9. SEDVAN : Titular: Edson Ferreira do Couto; - Secretaria de Estado de Desenvolvimento
10. Regional e Política Urbana – SEDRU: 1º Suplente: Mônica Maria Ladeia; - Polícia Militar de
11. Minas Gerais – PMMG: Titular: Major Nivaldo Ferreira Neto; - Procuradoria-Geral de Justiça
12. – PGJ: Titular: Ana Eloíza Marcondes de Silveira; - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e
13. Recursos Naturais – IBAMA: Titular: Rafael Macedo Chaves - Prefeituras Municipais situadas
14. na área de abrangência da URC: Suplente: Aramis Mameluque Mota – Secretário Municipal de
15. Meio Ambiente de Montes Claros; Representantes da Federação das Indústrias do Estado de
16. Minas Gerais – FIEMG: 1º Suplente: Ézio Darioli; - - Representantes da Federação da
17. Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG: 2º Suplente: Bernardo de
18. Pimenta Pinheiro; - Representantes da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
19. Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: 2º Suplente:
20. Edílson Torquato – Associação Comercial de Montes Claros; - Representantes da Associação
21. Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES: Titular: José Ponciano Neto; - Representantes de
22. Entidades Civis Representativas de Categorias de Profissionais Liberais Ligadas à Proteção do
23. Meio Ambiente: 2º Suplente: Roberto Mauro Amaral – AGRO/NM – Associação dos
24. Engenheiros Agrônomos do Norte de Minas; - Representantes de Conselhos Municipais de
25. Meio Ambiente, por sua representação não-governamental: Titular: Valquíria Dias Moreira –
26. CODEMA – Montes Claros; - Representantes de Organizações Não-Governamentais
27. legalmente constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, incluídas
28. no Cadastro Estadual de Entidades Ambientais – CEEA: Titular: Soter Magno do Carmo –
29. OVIVE – Organização Vida Verde. Estiveram também presentes Dr. Danilo Vieira, Sub-
30. Secretário de Regularização Ambiental; Dra Marília, Sub-Secretaria de Controle e
31. Fiscalização, Dr. Luiz Tadeu Leite, Prefeito de Montes Claros, Dra. Maria Helena Batista
32. Murta, Superintendente da SUPRAM Leste, Dra. Laís Fonseca dos Santos, Superintendente da
33. SUPRAM NM, Yuri Rafael, Chefe do Núcleo Jurídico da SUPRAM NM, além de técnicos dos
34. órgãos envolvidos.
35. **Dra. Laís Fonseca dos Santos**, Superintendente da SUPRAM NM, cumprimenta os presentes
36. e solicita que todos tomem seus assentos para que se dê início à 70ª reunião ordinária da
37. URC/NM. Convida para se ouvir o Hino Nacional.
38. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**
39. **Dra. Laís Fonseca dos Santos** diz que a SUPRAM/NORTE hoje tem o prazer de estar
40. recebendo o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Dr. Adriano Magalhães Chaves para
41. presidir a nossa 70ª reunião ordinária. Informa que, na parte da manhã, houve a oportunidade
42. para que os colegas do IEF, IGAM e SUPRAM ouvissem a palavra dele sobre o Programa de
43. Gestão da SEMAD. Diz que hoje também ele estará tendo oportunidade de conhecer
44. Conselheiros. Passa a palavra ao Sr. Secretário desejando-lhe que seja bem vindo à URC/NM.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

45. **2. Abertura pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
46. **e Presidente do COPAM, Dr. Adriano Magalhães Chaves.**

47. **Dr. Adriano Magalhães Chaves** diz que é uma satisfação estar aqui com os Conselheiros.  
48. Destaca que, realmente a parte da manhã foi muito produtiva. Teve a oportunidade de primeiro  
49. conhecer nossos colegas da regional norte, tanto do IEF, quanto do IGAM, quanto da  
50. SUPRAM, os gerentes de unidade de conservação e toda a equipe que ajuda a SEMAD aqui  
51. na Regional Norte. Diz que tem tido a oportunidade de presidir algumas URCs. Já esteve em  
52. Varginha, Valadares, Diamantina e, agora, aqui é a 4ª URC. Observa que hoje há um formato  
53. novo, inovaram numa composição de mesa em meia lua. Espera estar contribuindo com Meio  
54. Ambiente, com o estado de alguma forma. Diz que estará sempre à disposição dos  
55. Conselheiros na Secretaria. De antemão agradece o apoio que todos os componentes e todos os  
56. Conselhos têm dado ao estado. Diz que pediu à Dra. Laís que montasse uma pauta bem pesada,  
57. mas me parece que ela montou uma pauta bem tranqüila para que se fique aproximadamente 1  
58. hora e pouco. Diz que, na última, não deu tempo nem dos Conselheiros esquentarem a cadeira.  
59. A pauta estava tão leve que não deu tempo nem de se conhecerem os Conselheiros, nem para  
60. ter discussões calorosas de nenhum item. Passa ao ponto seguinte da pauta

61. **3. Comunicado dos Conselheiros.**

62. **O Conselheiro José Ponciano Neto**, representante da ABES, comunica que, em Recife, nos  
63. dias 13, 14 e 15, haverá uma reunião através do Ministério do Desenvolvimento Social e  
64. Ministério do Meio Ambiente. Na pauta está a implementação do programa Água Doce, do  
65. Plano Estadual de Água Doce. A coordenação está com o IGAM. Como parceiros estão o  
66. DNOCS, tanto o de Montes Claros, e o DNOCS de todos os estados do semi-árido brasileiro.  
67. Está previsto, nessa reunião, além de discutir implementação do Plano Estadual de Água Doce,  
68. também os recursos que virão para recuperação de 1.200 dessalinizadores no semi-árido  
69. brasileiro. **O Conselheiro Bernardo de Pimenta Pinheiro**, representante da FAEMG, diz que  
70. quer fazer um comunicado em nome do Sindicato Rural de Montes Claros, entidade que aqui  
71. representa, que tem como seu presidente Dr. Ricardo Laugton. Informa que, no dia 5 de abril  
72. de 2011, os sindicatos rurais do Brasil, através dos seus representantes, associados,  
73. Confederação Nacional da Agricultura, deputados federais e estaduais de todo o país, prefeitos  
74. de inúmeros municípios brasileiros, concentraram em Brasília em torno de 30 mil pessoas para  
75. reivindicar a votação já, na Câmara dos Deputados do novo Código Florestal Brasileiro.  
76. Informa que quase todos os estados brasileiros estavam ali presentes, com maiores  
77. representatividades para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul.  
78. Destaca que é preciso a votação já, urgente do novo Código Florestal Brasileiro, para não parar  
79. o agronegócio brasileiro. Ressalta que aqueles que não defendem a votação já são maus  
80. brasileiros, sem espírito de nacionalidade, que defendem interesse de nações estrangeiras  
81. dentro do nosso próprio país, impedindo de trabalhar o agricultor brasileiro, que deixa de  
82. produzir riquezas e, com isso, deixa de competir no mercado mundial. Diz que o Norte de  
83. Minas tem 23% da área do estado, com 250 mil produtores rurais que sofrem restrições  
84. ambientais de toda sorte, desde o ano de 2003 até hoje. Diz que aqui, em um passe macabro de  
85. mágica, ou de heresia ecológica, transformaram o bioma caatinga em bioma mata atlântica.  
86. Diz que se nega o direito do produtor rural Norte Mineiro de trabalhar, nega-se o direito  
87. constitucional de propriedade privada. Destaca que se fizeram aqui portarias, deliberações  
88. normativas, resoluções, pareceres, mapas, e-mails, tudo por encomenda e ao arripio da lei. São  
89. em torno de 16 mil os dispositivos chamados legais para impedir o produtor brasileiro de  
90. trabalhar sua terra. No Norte de Minas milhares de produtores têm direitos prejudicados,  
91. porque possuem 100, 90, 80, 70, 60, 50% de suas terras com cobertura vegetal nativa e sem  
92. uso econômico. Sobre esses se pratica a injustiça de impedir de trabalhar, impedir de gerar  
93. riquezas, impedir de competir e se nega o direito de propriedade privada. **O Conselheiro José**  
94. **Ponciano Neto** diz que, no nosso semi-árido, a maioria das comunidades rurais, quilombolas,  
95. indígenas, a água é muito salobra, com alta concentração de cloreto, magnésio, sódio, e a



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM  
**Secretaria Executiva**

96. maioria dos dessalinizadores está já em desuso. Informa que o programa contempla isso. Vão  
97. ser todos consertados, vai-se dar manutenção em todos os dessalinizadores e vai-se montar  
98. uma unidade demonstrativa em Porteirinha cujo terreno já está em negociação. Diz que a  
99. intenção é construir uma unidade demonstrativa no Norte de Minas para que o estado a tenha  
100. como uma unidade demonstrativa para transformar em política pública. **O Conselheiro**  
101. **Roberto Mauro Amaral**, representante da AGRO/NM, diz que gostaria de adicionar ao que o  
102. representante do sindicato e da FAEMG apresentou sobre o novo Código Florestal Brasileiro,  
103. informando que, na manhã seguinte, haverá, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, uma  
104. reunião para tratar desse assunto. Diz que estará lá e convocou também as pessoas que assim os  
105. desejarem, para estarem presentes. **A Conselheira Valquíria Dias Moreira**, representante do  
106. CODEMA de Montes Claros, diz que gostaria de aproveitar a presença do Secretário para uma  
107. sugestão e talvez “um pedido”, uma vez que vivemos no semi-árido e temos uma experiência  
108. muito fantástica com captação de água de chuva, tendo sido executadas no Norte de Minas,  
109. Vale do Jequitinhonha, cerca de 15mil cisternas de captação de água de chuva. Informa que, na  
110. gestão passada, através do governo de Minas, se fez um convênio em que se conseguiu  
111. construir cisternas de captação de água de chuva no Norte de Minas e no Vale do  
112. Jequitinhonha. Diz que, como representante da ASA Minas Gerais, gostaria de apresentar  
113. novos projetos ao estado e necessariamente à Secretaria de Meio Ambiente para que sejam  
114. apreciados e levados em consideração, porque isso tem resolvido a vida dessas famílias no  
115. Norte de Minas. Ressalta que é uma tecnologia barata que dá acesso e garantia de água para  
116. beber e cozinhar para as famílias que estão nessas regiões mais sofridas. Diz que tem projetos  
117. encaminhados e gostaria de contar com a Secretaria de Meio Ambiente para que eles sejam  
118. avaliados e que se possa então celebrar algum convênio futuro. **O Conselheiro Rafael**  
119. **Chaves, representante do IBAMA**, dá as boas vindas para o Secretário e coloca a  
120. preocupação com relação ao trâmite dos processos de licenciamento, de anuência para  
121. supressão de vegetação no Projeto Jaíba. Expressa a sua preocupação de que o Projeto Jaíba  
122. tem recebido um tratamento individualizado nos processos de supressão de vegetação. Diz que  
123. existe já um processo único contemplando as quatro etapas do Projeto Jaíba em trâmite.  
124. Destaca que então é necessário que se tenha uma preocupação maior para se tentar resolver  
125. isso de uma forma globalizada, única, e evitar a demora excessiva nas liberações, nas  
126. anuências por parte do IBAMA, para supressão de vegetação no estágio médio/avançado. Diz  
127. que gostaria que o Secretário olhasse isso com maior carinho para que as coisas andassem com  
128. maior agilidade de uma maneira globalizada/única e não individualizada como está sendo  
129. feito. **Dr. Adriano Magalhães Chaves, Presidente**, diz que vai comentar rapidamente sobre  
130. algumas questões. Ao Conselheiro Bernardo observa que, antes da rapidez da votação do  
131. Código Florestal, precisa-se avaliar alguns pontos que são críticos, como por exemplo a APP  
132. de 1800 metros, APP de topo de morro. Diz que, quando se sobrevoa principalmente o leste  
133. mineiro e se observa a bacia do Doce, o quão ela é degradada hoje, aí realmente preocupa a  
134. questão das retiradas das APPs de topo de morro. A questão do uso consolidado também não  
135. levar isso em consideração também seja uma insanidade, também é um ponto que tem que ser  
136. cuidadosamente cuidado; a questão da moratória é outro ponto crítico também que está sendo  
137. discutido. Diz que se teve pela manhã ainda uma interlocução com diversos deputados  
138. trocando idéias, argumentando. Relata que houve uma reunião dos Secretários de Meio  
139. Ambiente do Brasil, na última sexta-feira, e se deixou um documento com a Ministra para que  
140. faça uma interlocução e ponderações em alguns pontos sobre o Código Florestal. Diz entende  
141. que está no fórum correto, está no fórum democrático. Destaca que na hora em que a sociedade  
142. entender que ele está maduro que há um consenso, pelo menos nas maiorias das questões, tem  
143. certeza que o legislativo vai saber dar o devido encaminhamento a esse tema. Lembra que,  
144. antes da rapidez, tem-se que se preocupar com alguns pontos, que a seu ver ele não pode ter  
145. retrocesso. Se se está buscando o conceito de sustentabilidade, acredita que não seria um  
146. retrocesso no Código Florestal que traria algum avanço. Com relação ao IGAM, diz que esse



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM  
Secretaria Executiva

147. projeto já tem a coordenação do IGAM, mas vai conversar com a Dra Cleide, que é a Diretora  
148. Geral do IGAM, para que a se priorizem ainda mais as ações com relação a esse programa.  
149. Apresenta dois Sub-Secretários: Dr. Danilo Vieira, Sub-Secretário de Regularização  
150. Ambiental; Dra Marília, Sub-Secretaria de Controle e Fiscalização. Informa que se está  
151. trabalhando em alguns ajustes da Secretaria, com a criação da Sub-Secretaria Fiscalização, a  
152. Sub-Secretaria de Regularização Ambiental. Informa que já se trouxe, através de lei delegada,  
153. a fiscalização do IEF, FEAM e IGAM para essa Sub-Secretaria Fiscalização; trouxeram-se os  
154. atos autorizativos, e se estão integrando as SUPRAMs na Sub-Secretaria Regularização  
155. Ambiental. O próximo passo é a proposta de integração do IEF, FEAM e IGAM em um  
156. instituto único. Diz que foi essa discussão que se estava tendo hoje de manhã com a equipe do  
157. regional, pegando as contribuições. Informa que, nos próximos dias, deve-se estar levando o  
158. projeto do novo instituto para discussão na Assembléia Legislativa. À Conselheira Valquíria,  
159. com relação a proposta das cisternas, diz que também há um trabalho sendo feito com a  
160. Ruralminas. Diz que pode adiantar que é um trabalho que está sendo priorizado. Há recursos  
161. disponíveis para cisternas da ordem de R\$5 milhões, havendo então muito trabalho pela  
162. frente. Com a Ruralminas há a previsão de investimento de mais R\$12 milhões. Vai-se  
163. continuar forte esse trabalho, à disposição para receber os projetos e discutir isso o âmbito do  
164. FHDRO. Com relação ao IBAMA, diz que se está fazendo uma discussão, e ontem esteve  
165. com a Codevasf, principalmente com relação ao Jaíba 1 e 2, que se entende que tem um  
166. abertura diferenciada pelo fato de ter licença ambiental. Diz que há uma prerrogativa na lei,  
167. está-se conversando com o IBAMA, provavelmente deve-se encontrar uma saída nos próximos  
168. dias. Com relação ao Jaíba 3 e 4, observa que é um pouco mais complexo, porque ele não tem  
169. licença ambiental e se precisaria de alguma manifestação, de uma ação também por parte dos  
170. órgãos federais. No dia 5 de maio estará em Brasília e depois conversando também com a  
171. Ministra. Diz que se entende que para continuidade não só do Jaíba, mas alguns outros  
172. projetos federais no próprio bioma da mata atlântica e outros estados, precisaria realmente de  
173. uma ação do governo federal, visto que nós ficaríamos de mãos atadas.

174. **4. Exame da Ata da 69ª RO do dia 17/03/2011.**

175. O **Presidente** coloca em discussão a Ata da 69ª RO do dia 17/03/2011. Coloca em votação. A  
176. ata é **aprovada**. O **Presidente** observa que tem que fazer uma revisão na DN30, mas já tem  
177. tentado exercitar isso de alguma forma. Diz que, se por ventura houver algum Conselheiro que  
178. tenha algum conflito de interesse com algum projeto, gostaria que se manifestasse, ou alguma  
179. consultoria. Diz que gostaria de saber também se por ventura há algum Conselheiro que  
180. gostaria de pedir vista em algum projeto, para que não segurasse o empreendedor até o final da  
181. reunião. A **Conselheira Ana Eloíza Marcondes de Silveira**, representante da Procuradoria  
182. Geral de Justiça, pede vistas do processo da GERDAU 12.1 e da LIASA 10.3. **Dra. Laís**  
183. **Fonseca dos Santos** lê os itens para os quais houve solicitação de vistas: 10.3 Ligas de  
184. Alumínio S/A-Liasa/Fazenda São Joaquim - desdobramento de madeira, silvicultura, produção  
185. de carvão vegetal oriunda de floresta plantada e bovinocultura de corte (extensivo) -  
186. Buritizeiro/MG - PA nº. 06846/2005/002/2010 - Classe 4 - Apresentação: SUPRAM NM.  
187. 12.1 Gerdau Aços Longos S/A/Fazenda Embaúba Sul - silvicultura e produção de carvão  
188. vegetal oriunda de floresta plantada - Rio Pardo de Minas/MG - PA nº. 12001/2009/001/2009  
189. - Classe 3 - Condicionante nº. 15 - Apresentação: SUPRAM NM.

190. Os **Conselheiros Ézio Darioli**, representante da FIEMG, e **Rafael Chaves**, representante do  
191. IBAMA, também participam das vistas.

192. **5. Processo Administrativo para exame de Alteração de condicionante da Licença Prévia**  
193. **concomitante com a Licença de Instalação - “Ampliação”:**

194. **5.1 Cia de Fiação e Tecidos Cedronorte** - ampliação da atividade de fiação de algodão e  
195. fibras sintéticas vegetais sem acabamento - Pirapora/MG - PA nº. 00052/1982/008/2010 -  
196. Classe 5 - Condicionante nº 03 - Apresentação: SUPRAM NM. - RETORNO DE VISTA pela  
197. Conselheira Ana Eloísa Marcondes da Silveira, representante da PGJ.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

198 **A Conselheira Ana Eloíza Marcondes de Silveira** diz que se manifesta pela concordância,  
199 com a exclusão da condicionante. **O Presidente** coloca em votação a exclusão da  
200 condicionante numero 3. **É aprovado. O Conselheiro Major Nivaldo Ferreira Neto,**  
201 representante da Polícia Militar, se abstém da votação considerando que envolve outra região  
202 da Polícia Militar.

203 **6. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva:**

204 6.1 J. Avelino Indústria e Comércio Ltda. - abate de animais de médio e grande porte -  
205 Montes Claros/MG - PA nº. 00045/1982/003/2007 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM. -  
206 RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA EM 17/03/2011.

207 **O Conselheiro Ézio Darioli** apresenta o parecer sobre o processo baixado em diligência.  
208 Conclui dizendo que se está pedindo que seja concedido ao empreendedor um prazo (explica  
209 que no documento consta o prazo de 06 meses, entretanto houve um novo acordo) para que  
210 seja efetuada a avaliação dos processos (eficiência de funcionamento da ETE, medição de  
211 controles ambientais como monitoramento de ruídos, particulados, efluentes industriais, etc.),  
212 para que se possa a partir daí deliberar sobre este processo de licenciamento ambiental e/ou sua  
213 relocação, podendo esses procedimentos ser acompanhados pelos técnicos da SUPRAM e os  
214 dados fornecidos segundo os prazos e condições estipulados. Diz que, em decorrência de ter  
215 sido firmado com o Ministério Público um TAC pela empresa para permanência no local por  
216 mais 30 meses, o que o empreendedor está pedindo agora é que seja concedido a ele esse prazo  
217 de 30 meses para que possa fazer a relocação. Compromete-se a atender a todas as exigências  
218 da legislação ambiental, como monitoramentos necessários. **O Presidente** informa que se têm  
219 duas propostas: uma, da SUPRAM, pelo indeferimento com a paralisação em 6 meses, e a  
220 outra proposta colocada pela FIEMG, também pelo indeferimento, com a paralisação em 3  
221 anos, a partir de janeiro. Lembra que, se for a segunda alternativa, sua sugestão é que esse  
222 processo retorne na próxima reunião com propostas de condicionantes, para se votarem as  
223 condicionantes e se discutir isso com calma. Coloca em votação a proposta nº1 da SUPRAM  
224 pelo indeferimento com a paralisação em 6 meses. **O Conselheiro Major Nivaldo** se abstém  
225 de votar as duas propostas. Diz que não há a mínima possibilidade de se legitimar aquilo que  
226 vem de algum tempo já errado. **O Presidente**, lembrando o parecer da AGE, diz que aqueles  
227 que votaram contra o parecer da SUPRAM devem manifestar-se. **O Conselheiro Edilson**  
228 **Torquato** diz que votou contra porque, de acordo com os argumentos apresentados e pela  
229 verificação *in loco* das condições de hoje, acha que pode ser dado mais um prazo, até o de 30  
230 meses, para o empreendimento mudar. **A Conselheira Valquíria Dias Moreira**, diz que  
231 concorda com o Conselheiro Edilson. Ressalta também que, visitando o empreendimento, viu  
232 que é perfeitamente possível a permanência por mais 30 meses, uma vez que o empreendedor  
233 já está caminhando para mudar de local e está seguindo as normas que estão sendo exigidas. **O**  
234 **Conselheiro Ézio Darioli** diz que votou contra o parecer da SUPRAM em decorrência de ter  
235 acompanhado todo esse processo. Com os investimentos que o empreendedor fez e com a nova  
236 gestão ambiental do empreendimento, acha que ele tem condição de, por esse período, atender  
237 a legislação. **O Conselheiro Wagner Brant** diz que é favorável à proposta da FIEMG de dar o  
238 prazo de 30 meses em virtude das ações mitigatórias implantadas. **O Conselheiro Edson**  
239 **Ferreira do Couto** diz votou contra o parecer da SUPRAM, porque, em visita ao  
240 empreendimento, verificou que aquele empreendimento atualmente, a não ser pelo problema  
241 locacional, não causa nenhum transtorno à população, ao povo que vive ali. **O Conselheiro**  
242 **Aramis Mameluque Mota**, Secretário de Meio Ambiente de Montes Claros, diz votou  
243 favorável ao parecer de extensão para os 30 meses. Destaca que teve a oportunidade de  
244 fiscalizar o empreendimento pela Secretaria de Meio Ambiente e tudo que foi dito aqui foi  
245 constatado lá. **O Conselheiro Roberto Amaral** diz que, por uma questão de coerência,  
246 acompanha todo o parecer que foi dado favorável pelo SIM - Serviço de Inspeção Municipal.  
247 Informa que a Secretaria já se manifestou com referência a esse assunto. Conclui dizendo que  
248 este é o bom senso. **O Conselheiro Bernardo Pinheiro** diz que segue o parecer da FIEMG em



429 virtude do tempo realmente necessário para se transferir esse empreendimento e por ele ter  
250 atendido as normas mitigadoras de impacto ambiental. **O Conselheiro José Ponciano** diz que  
251 é favorável ao parecer da FIEMG porque já se passaram 4 meses, faltando então 24 meses, 2  
252 anos. Sugere que se coloquem em votação as duas condicionantes propostas pela ABES e pela  
253 SEDRU. **A Conselheira Mônica Ladeia** diz votou contra porque achou 6 meses um prazo  
254 pequeno, levando em consideração que o empreendedor está disposto a mudar a realidade.

255 **A Conselheira Ana Eloíza** diz que votou contra, embora eu pudesse votar a favor,  
256 contrariamente ao que foi colocado pelo seu colega na ação, se entendesse possível em razão  
257 de independência funcional. Entretanto acompanha porque, em conversa com Dr. José  
258 Aparecido, que foi quem fez esse acordo dentro desse processo, ele informou inclusive que  
259 esse acordo foi celebrado após uma conversa, talvez até uma orientação da própria SUPRAM  
260 diz que acha que até os técnicos da SUPRAM estiveram lá. Diz que lhe causou até um pouco  
261 de estranheza ter sido mantido esse parecer da SUPRAM de 6 meses, e depois de eles terem  
262 visitado e verificado essa ETE, terem continuado com esse prazo, quando houve essa conversa  
263 ainda que informal com o Ministério Público dizendo que era possível um prazo maior. Diz  
264 que só em razão disso que vota contra e, conseqüentemente, pela concessão desse prazo maior  
265 de 30 meses. **O Presidente** coloca em votação a segunda proposta, para se registrar,  
266 considerando que é também pelo indeferimento, com a paralisação das atividades em 30 meses  
267 e com a proposta de retorno do projeto na próxima reunião com as condicionantes. **É**  
268 **aprovada.**

#### 269 **7. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia**

270 7.1 Prefeitura Municipal de Bocaiúva/Aterro Sanitário Municipal - tratamento e disposição  
271 final de resíduos sólidos urbanos - Bocaiúva/MG - PA nº. 14696/2006/001/2010 - Classe 3 -  
272 Apresentação: SUPRAM NM.

273 **O Presidente** informa que esse processo foi assinado *ad referendum* pelo Dr. Augusto. Está-se  
274 colocando em votação a validação do *ad referendum*. Faz-se a discussão. **O Presidente**  
275 pondera que, como se está votando a LP, tratando-se da viabilidade, e esse item ele não  
276 inviabiliza o empreendimento, isso poderia ser tratando na fase de LI. Propõe separar esse  
277 processo. Como está dando dúvida, e outro Conselheiro quer ser manifestar, propõe colocar em  
278 votação o parecer e a validação do *ad referendum*, depois se votam as condicionantes. Coloca  
279 em votação. **É aprovado.** Passa às condicionantes. **O Presidente** diz que sua proposta é que se  
280 coloque uma condicionante para avaliar a possibilidade de aproveitamento desta usina. Ele  
281 simplesmente avalia e apresenta na fase de LI. Coloca em votação, com essa modificação da  
282 condicionante, inclusão da condicionante para reavaliar a possibilidade de aproveitamento da  
283 usina de triagem e compostagem de resíduos já instalada na mesma área. E o prazo seria na LI,  
284 na formalização da LI. Solicita que **o Conselheiro Major Nivaldo** faça a apresentação de sua  
285 condicionante. **O Conselheiro Major Nivaldo** diz que, na verdade, não é uma condicionante,  
286 é uma sugestão de modificação do texto na condicionante nº11 para: um plano de segurança do  
287 aterro contemplando ações preventivas de reversão em caso de fogo, explosão ou  
288 derramamento de resíduos, acessibilidade de pessoas e animais que possam causar ameaça à  
289 saúde humana ou ao meio ambiente. Destaca que é o aspecto da prevenção e a questão de  
290 acessibilidade de pessoas e animais ao local. **O Presidente** coloca em votação as  
291 condicionantes. São **aprovadas.**

#### 292 **8. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença** 293 **de Instalação:**

294 8.1 Evoluir Agronegócios Ltda./Fazenda Balsamo - silvicultura e produção de carvão vegetal  
295 de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso - Bonito de Minas/MG - PA nº.  
296 06579/2009/001/2009 - Classe 3 - Apresentação: SUPRAM NM.

297 **O Presidente** informa que o parecer único é pelo indeferimento considerando a falta de  
298 anuência por parte das unidades de conservação das APAs Cochá/Gibão e do rio Pandeiros.  
299 Após a discussão e a participação do empreendedor, **o Presidente** diz que entende a situação,



300 mas realmente, enquanto não se tiver o zoneamento da APA com plano de manejo e se tiver  
301 definido o que pode, o que não pode e onde pode, e ainda a anuência do órgão competente, a  
302 SUPRAM fica inviabilizada de um parecer positivo. Em função disso coloca em votação o  
303 parecer pelo indeferimento. **É aprovado.**

304 **9. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva -**  
305 **“Ampliação”:**

306 **9.1 Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda.** - produção de óleo vegetal - Jaíba/MG - PA nº  
307 10397/2006/008/2011 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM.

308 O **Presidente** informa que o parecer único sobre a Usina São Judas Tadeu é pelo deferimento.  
309 Abre-se a discussão. O **Presidente**, aproveitando o esclarecimento técnico, sugere que se  
310 coloque em votação também o item 11 - Processo Administrativo para exame de Licença de  
311 Operação Corretiva - “Ampliação”:

312 11.1 Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda. - base de armazenamento e distribuição de  
313 combustíveis - Jaíba/MG - PA nº. 10397/2006/006/2011 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM  
314 NM.

315 Alerta que o primeiro projeto é para 04 anos e o segundo é para 06 anos. **Reinaldo** informa  
316 que, por ser classe 5, houve um equívoco em relação à licença, são 04 anos também, não 06.  
317 Pede que se faça correção. A **Conselheira Ana Eloíza**, diz que, já que foi colocado o segundo  
318 processo, tinha algumas considerações quanto a ele. O **Presidente** propõe que se vote o  
319 primeiro item: **9.1 Sada Bio-Energia e Agricultura Ltda.** - produção de óleo vegetal -  
320 Jaíba/MG - PA nº 10397/2006/008/2011 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM. **É**  
321 **aprovado.** Passa-se à discussão do item 11.1.

322 A **Conselheira Ana Eloíza** questiona sobre a condicionante nº7: “Apresentar o atestado do  
323 Corpo de Bombeiros definitivo referente à instalação do restante dos equipamentos de  
324 segurança. Prazo de 01 ano.” **Reinaldo** diz que se referiu a isso anteriormente. É a questão da  
325 espuma, que é um sistema de segurança. Além do que se tem hoje, é necessário que se  
326 implante esse sistema de espuma. Informa que o Corpo de Bombeiros de Jaíba fez um acordo  
327 com a empresa para que se instalem esses equipamentos no prazo de 01 ano. Por isso se  
328 manteve esse prazo. O **Presidente** coloca em votação. A **Conselheira Ana Eloíza** diz que vota  
329 contra o parecer da SUPRAM. A **Conselheira Mônica Ladeia**, quanto à água subterrânea,  
330 item 4, diz que gostaria de mudar os parâmetros e a frequência. Diz que se fala “anual, estação  
331 seca e chuvosa”. Na realidade é semestral. Sugere mudar a frequência para semestral,  
332 mantendo a estação seca e chuvosa; retirar os parâmetros dureza, sulfato, manganês, alumínio,  
333 ferro, nitrito, cálcio e acrescentando os compostos orgânicos voláteis. **Reinaldo** diz que acha  
334 procedente. O **Presidente** coloca em votação. **É aprovado.**

335 **10. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva:**

336 **10.1 Posto Faisão II Serviços Ltda.** - posto revendedor de combustíveis - Águas Vermelhas e  
337 Pedra Azul/MG - PA nº 19564/2007/001/2008 - Classe 5 - Apresentação: SUPRAM NM.

338 A **Conselheira Ana Eloíza** relata que foi celebrado por Dr. Mauro, um dos Coordenadores das  
339 Regionais de Meio Ambiente, Promotor de Justiça, um Termo de Ajustamento de Conduta  
340 com alguns postos de gasolina da região dele. Fez constar desse TAC várias cláusulas que  
341 praticamente englobam tudo que é necessário nesse tipo de empreendimento. Informa que  
342 enviará à SUPRAM um ofício com essas cláusulas do TAC para que se avalie a pertinência de  
343 talvez acrescentar alguma coisa nas condicionantes que são sugeridas nos pareceres da  
344 SUPRAM. O **Presidente** coloca em votação. **É aprovado.** O **Sr. Gilberto Araújo**, Consultor  
345 Técnico das empresas Faisão, diz que gostaria de fazer um destaque quanto aos prazos  
346 determinados para o cumprimento de condicionantes. Destaca as condicionantes nº 3, 5 e 6,  
347 podendo estender-se às demais. O **Sr. Nilson**, representante do Posto Faisão II Serviços Ltda.  
348 solicita que se dilate o prazo para em torno de 01 ano. O **Presidente** diz que gostaria de ouvir o  
349 técnico responsável. **Fabiano**, Analista Ambiental da SUPRAM NM, diz que não vê problema  
350 na dilatação do prazo para 180 dias. **Fabiano** diz que no item 2 do automonitoramento se



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

351 prevê que o primeiro relatório deverá ser enviado 90 dias após a implantação dos novos  
352 sistemas de tratamento. As que estão implantadas ficam bimestrais. As que vão ser  
353 implantadas, devem ter o relatório 90 dias após a implantação. O **Presidente** coloca em  
354 votação com a alteração das condicionantes nº 3, 5 e 6 de 90 dias para 180 dias. É **aprovado**.

355 **10.2 Cros Construtora Rocha Sousa Ltda.** - usina de produção de concreto asfáltico -  
356 Montes Claros/MG - PA nº. 01522/2010/002/2010 - Classe 3 - Apresentação: SUPRAM NM.  
357 O **Presidente** coloca o processo em discussão. Coloca em votação. É **aprovado**

358 **13. Assuntos gerais.**

359 A **Conselheira Ana Eloíza** convida os Conselheiros para participarem do Grupo de Trabalho  
360 que foi feito para analisar o Acordo Setorial das indústrias Ferroligas. Informa que foi feita  
361 uma reunião. A segunda está marcada para o dia 15, às 14h, na sede da Promotoria de Justiça  
362 da Bacia do São Francisco. **Dr. Luiz Tadeu Leite**, Prefeito de Montes Claros, cumprimenta o  
363 Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do  
364 COPAM, Dr. Adriano Magalhães Chaves, e o demais membros do COPAM e demais  
365 presentes. Ressalta que conhece o comprometimento do Sr. Secretário com a causa do meio  
366 ambiente e a continuidade do trabalho que vinha sendo realizado, um trabalho de  
367 fortalecimento da causa ambiental em Minas Gerais por alguém vocacionado para defesa dos  
368 interesses do meio ambiente na pessoa do Secretário e Presidente do Conselho. Diz que  
369 Montes Claros, a Prefeitura tem os pleitos e sempre tem tido boa acolhida neste Conselho. Diz  
370 que tem assento no Conselho na pessoa de dois secretários municipais. Diz que está agora com  
371 o projeto de demarcação da Serra do Mel, como é o nome correto da Serra da Sapucaia. É uma  
372 região ambiental muito cara para a cidade que começa a receber sinais e marcas de devastação.  
373 Diz que decidiu decretar imune de qualquer prejudicialidade, de qualquer agressão ao meio  
374 ambiente. Diz que o CODEMA está junto com a Administração nesse projeto. Tem alguns  
375 parques para aprovar, como o parque das Mangueiras, o parque dos Canelas e o Parque Norte  
376 que se irá implantar neste ou no próximo ano. Diz que precisará do apoio dos órgãos  
377 ambientais. Sabe que há assuntos pendentes, interfaces a serem afinadas entre os órgãos  
378 ambientais e a Prefeitura referentemente aos imóveis da região do Meio Ambiente. Está pronto  
379 a dar continuidade, a acertar esses detalhes e melhorar cada vez mais o bom entrosamento que  
380 se teve e se tem tido entre Prefeitura, COPAM e CODEMA. Agradece a vinda do Sr.  
381 Secretário, colocando o município à disposição. Diz que espera continuar tendo o mesmo  
382 prestígio de recebê-lo tantas mais vezes quanto possível for. O **Presidente** agradece as  
383 palavras de boas-vindas e diz que já se sente em casa graças à calorosa receptividade que teve  
384 na parte da manhã pela equipe do Meio Ambiente e agora pelo Conselho. Diz que tem agora  
385 um grupo de trabalho começando o Governo em Rede, que é o governo voltado para cidadania.  
386 E não poderia haver iniciativa melhor na gestão anterior do Dr. Aécio e continuada pelo Dr.  
387 Anastásia, que é a da regionalização, a criação das URCs regionais. Parabeniza o Conselho e  
388 vê aqui, na primeira reunião, o valor deste Conselho. Diz que participou de outras reuniões em  
389 anos anteriores e vê o excelente nível dos Conselhos, das discussões técnicas. Agradece à  
390 equipe da SUPRAM pelo esclarecimento e pela participação. Agradece a parabeniza a todos.

391 **14. Encerramento.**

392 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi  
393 lavrada a presente ata.

394

395 Esta é a síntese da reunião do dia 12 de abril de 2011.

396

397

399